



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005986-44.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Liminar**
 Requerente: **MILTON SELVAGIO**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Milton Selvagio propôs a presente ação cautelar inominada com preceito cominatório de obrigação de fazer contra o réu Banco Itaucard SA, requerendo a condenação deste na confecção de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.

A liminar foi indeferida às folhas 188.

O réu, em contestação de folhas 191/198, suscita preliminares de litispendência e de falta de interesse de agir e, no mérito, requer a improcedência do pedido, informando que o réu disponibiliza vários meios e locais para que os clientes possam obter a segunda via dos documentos. No entanto, exhibe todos os documentos relacionados ao contrato celebrado entre as partes.

Réplica de folhas 239/248.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a dilação probatória.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De início, afasto a preliminar de litispendência, porque, segundo o artigo 301, § 1º, do Código de Processo Civil, verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. E o § 2º do mesmo artigo, define que uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, o que não ocorre neste caso, tendo em vista que, segundo o próprio réu, a ação anteriormente ajuizada é de exibição de documentos, enquanto esta ação é de compelir o réu a exibir planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.

Afasto, ainda, a preliminar de falta de interesse porque é matéria de mérito.

No mérito, não procede a causa de pedir.

Com efeito, a instituição bancária não pode negar ao cliente o direito de obter segunda via de documentos comuns, contratos firmados e documentos afins.

Entretanto, trata-se de medida cautelar de exibição de planilha de cálculo que evidencie o valor principal da dívida, demais encargos e despesas referentes ao contrato pactuado.

A planilha de cálculo não constitui documento próprio do autor nem comum às partes, diferentemente do contrato. Em verdade, trata-se de documento a ser elaborado unilateralmente pela instituição financeira, em específica atividade de prestação de contas, com a indicação pormenorizada de sua conduta em relação aos valores do contrato firmado com a parte autora, motivo pelo qual o pedido não comporta acolhimento.

Ademais, o réu exibiu todos os documentos que guardam relação com o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contrato celebrado entre as partes, não sendo devido exigir-se que a instituição financeira seja compelida a confeccionar planilha de cálculo, mesmo porque não se discute qualquer irregularidade no contrato firmado entre as partes.

Nesse sentido:

CONTRATO BANCÁRIO – Financiamento de bem móvel - Cautelar nominada com preceito cominatório de obrigação de fazer – Natureza de exibição de documentos – Extinção do feito, com fundamento nos artigos 267, inciso I e 295, inciso III, ambos do CPC – Elaboração de planilha de cálculos – Impossibilidade – Falta de interesse de agir caracterizado - Sentença mantida, por seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 252 do RITJSP – Recurso não provido (Relator(a): José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto; Comarca: Ribeirão Preto; Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 28/07/2015; Data de registro: 29/07/2015)

Diante do exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor atribuído à causa, ante o bom trabalho do patrono do réu, com atualização monetária desde o ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 30 de julho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**